

UM COMBATE SOBRE A LINHA. LEITURA DO ENSAIO *POLÍTICA E MODERNIDADE*, DE JOSÉ BRAGANÇA DE MIRANDA*

MOISÉS DE LEMOS MARTINS **

Ao traçar a estratégia de leitura de *Política e modernidade*, coloquei-me três questões principais: de onde é que parte este ensaio, onde é que está, para onde é que aponta?

O que poderei dizer, em síntese, é o seguinte. *Política e modernidade* tem o seu ponto de partida na crise do existente: «todos somos arrastados num rio cheio de fragmentos, de palavras, de imagens, de desejos, de lixo» (p. 177). Segue, depois, a desconstrução dos modelos de cancelamento da crise, assim designados por se satisfazerem em a codificar, ou seja, por a sujeitarem a um paradigma transcendental das ocorrências empíricas.

Dois modelos são então identificados. Um é o histórico-positivista, que erige a razão em tribunal da história e se satisfaz em criticar o existente. O outro modelo é o epistémico-ético, que busca os fundamentos de todo o agir e se satisfaz em normalizar o existente (pp. 124-125).

Feita esta identificação, Bragança de Miranda localiza vários inquietantes perigos. Preocupa-o o «absolutismo do discurso», que gere o existente e o controla. Preocupa-o também o «absolutismo da realidade», que nos enclausura no mutismo da logotécnica, essa incessante dobadoira que desmaterializa as coisas e dilui a diferença entre cópia e modelo. Preocupa-o ainda a mística da comunicação, um dialogismo que casa o amor com o *logos* (p. 123) e uma inocência que nos empurra para um abraço de urso.

* José Bragança de Miranda, *Política e modernidade. Linguagem e violência na cultura contemporânea*, 1997, Lisboa, Edições Colibri, 186 pp.

** Professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. E-mail: moisesm@ics.uminho.pt

É verdade que nem a política é diálogo, nem a mediação é palavra. Mas a assombração da nossa modernidade tem sido essa, a de um espaço público identificado a um espaço de palavra (p. 164), o que quer dizer que a mediação do agir político tem sido permanentemente confundida com a legitimação do poder de governar (p. 167).

A situação é portanto de perigo. E a resposta de *Política e modernidade* a este estado de urgência é uma resposta política, uma vez que a política tem sido a resposta milenar à situação de perigo. Uma questão se coloca, no entanto: o que é que se entende por política? Eis a resposta: a política é o agir livre, é tudo jogar na «historicidade do presente». A intimação do presente só pode ter uma resposta política, porque não é aceitável ficarmos na margem do rio, quando o eterno e o devir se contrapõem, quando vamos na enxurrada, quando o eterno, aliás, também ele vai rio abaixo, como um fragmento mais na enxurrada.

Política e modernidade é assim uma resposta política à intimação do presente. Esta opção de Bragança de Miranda impõe-lhe entretanto o distanciamento de quaisquer outras respostas ao estado de urgência do presente, sejam elas estéticas, éticas ou tecnocráticas. Porque são todas impolíticas, só poderão agravar a crise, diz. Mas a resposta formalista jurídico-política não lhe merece maior atenção, uma vez que reduz a política ao Estado e à lei, gerando apenas o controlo e a *aurea mediocritas* que lhe está associada. E não é menor, finalmente, a suspeição que lhe merece a resposta utópica de um qualquer gregarismo. Sabe-se que reduz a política ao sublime, e são conhecidos os seus efeitos: sempre se atolou no terror.

Uma vez feita a justificação da resposta política à urgência do presente, *Política e modernidade* projecta um percurso com as seguintes passagens obrigatórias: a política é pensamento, ou seja, ideia; o pensamento é tal uma máquina de guerra; o presente é o campo de combate, ou mais exactamente, o lugar do único combate; e ainda, no combate sobressai o carácter heróico do guerreiro.

A tematização da política como 'agir livre', que é o argumento principal de *Política e modernidade*, desdobra-se depois por um conjunto de questões. É a questão do poder, estando em causa perceber se aí se jogam relações de forças com outras forças, num entendimento estratégico do poder, ou então, se se joga a relação da força consigo própria, criando um espaço de subjectivação. É também a questão da mediação da linguagem, com esta a inflectir o existente (p. 136), a mediar a constituição da experiência (p. 133). É ainda a questão da mediação do espaço público e a questão da experiência. É finalmente a questão hermenêutica, a questão do sentido, com o conceito de 'metapolítica' a desempenhar um papel fundamental. Este conceito compreende o efeito histórico do não histórico ou, por outra, a forma de comunicação do político com o não político (p. 139) e serve a analítica da experiência (lembramos que Bragança de Miranda já havia

proposto a fórmula de ‘analítica da actualidade’), o que quer dizer que desconstrói a hermenêutica. Pode dizer-se, aliás, no que respeita à comunicação do político com o não político que Bragança de Miranda toma à letra o aforismo de Deleuze «não interpreteis nunca, experimentai»¹. Este aforismo é, por sua vez, uma glosa à 11.ª tese de Marx sobre Feuerbach: os filósofos passaram a vida a interpretar a realidade, quando o que é preciso é transformá-la.

É neste pé que se encontra *Política e modernidade*. Agora, a última pergunta: para onde é que aponta este ensaio? «Aquilo por que estamos dispostos a lutar, é aí que deve concentrar-se a nossa luta», diz Bragança de Miranda (p. 178). Aquilo por que estamos dispostos a lutar, ou seja, aquilo em que acreditamos.

Ora, a crença é uma promessa de acção: dizer que acreditamos em alguma coisa, é dizer que faremos alguma coisa (Pierre Janet). *Política e modernidade* termina, pois, com uma promessa de acção, o que não é pouco, uma vez que na promessa «alguma coisa há de imortal», como diz Borges em «Unending Gift». Promessa de acção, especificamente, promessa de luta por determinadas posições, este ensaio de Bragança de Miranda age, assim, politicamente, sendo que o político, como diz numa fórmula fulgurante, «tem a eternidade do humano» (p. 170).

Aqui está o livro em corpo inteiro. Não vou assentar arraias em nenhum dos muitos caminhos sugeridos pela sua leitura, ou seja, não vou aprofundar aqui nenhuma das suas teses. Não posso também continuar o desafio em todas as frentes, uma vez que em *Política e modernidade* nada há de tranquilo e próximo do equilíbrio. Se alguma metáfora se lhe pode aplicar é que se trata de «uma cordilheira vulcânica», ou então, de uma guerra gigantesca, com batalhas a serem travadas numa imensidade de frentes ao mesmo tempo. Nestas circunstâncias, vou fixar-me apenas em alguns pontos do percurso de *Política e modernidade*, que me parecem identificá-la como obra de um pensador.

A política é habitualmente o lugar em que uns tantos, poucos, falam por todos, pouco caso fazendo da indignidade que é falar em nome de outros. Bragança de Miranda fala de política por sua própria conta. Ao vermo-lo bater-se e lutar pela ideia política, percebemos que as ideias não são apenas uma questão de teoria. O pensamento são problemas da vida; é a própria vida.

Já o sabemos, o perigo é hoje o ‘absolutismo do discurso’, que nos confisca o mundo e os interlocutores. O absolutismo do discurso são os programas, os estatutos, os códigos, as constituições, as regras, que administram a existência e a controlam. Mas o perigo é também o ‘absolutismo

¹ G. Deleuze, *Pourparlers*, Paris, Ed. de Minuit, 1990, p. 120.

da realidade', que nos encerra no mutismo da logotécnica. O absolutismo da realidade é a desmaterialização dos objectos, a diluição da diferença entre cópia e modelo (p. 27), pela deslocação dos átomos para os bits.

Nesta situação de perigo há possibilidades novas para a política (p. 57). A 'catástrofe da história' não encontra solução na sublimidade política de uma qualquer utopia (p. 43). A catástrofe da história impõe-nos sim a urgência do 'agir livre', sendo o agir livre tudo o que a ideia de política encerra (p. 41). O nó-górdio do presente convoca-nos, pois, a um percurso singular, o de em 'liberdade livre' (convocação de Rimbaud e de Ramos Rosa) arriscarmos o próprio nome, «com tudo o que tivermos à mão», para conseguirmos o melhor de que formos capazes (p. 127).

A ideia de política que nos é proposta, a saber, a política entendida como aquilo que nasce da urgência, retoma o conceito de actualidade de Foucault, aquilo que Nietzsche chamava de inactual e de intempestivo, aquilo que está *in-actu*, e que por isso mesmo difere, tanto do passado, como do futuro.

Política e modernidade configura deste modo uma máquina de guerra, a bater-se por posições, a ocupar terreno (glosa a Benjamim), lembrando constantemente a poeira e o fragor de uma batalha. Trata-se aqui de palavras e de ideias defendidas sobre a 'linha' (convocação de Yunger), como se se tratasse da própria pele (alusão a Max Stirner), a pele, que é 'o mais profundo', como se lhe referiu Valéry.

Bragança Miranda é um guerreiro, como foi por exemplo Foucault para Paul Veyne, e como o foi também Yunger, neste caso não apenas no estilo, mas também em sentido literal. Aliás, não é de modo nenhum casual que Foucault e Yunger sejam dois anjos bons deste ensaio. À semelhança de Yunger e Foucault, Bragança de Miranda é um guerreiro que não esgrime por valores universais. Esgrime sim, e heroicamente, contra os problemas específicos de uma dada situação, a que é possível dar uma resposta singular. *Hic rodus hic salta*, diz, apoiando-se em Marx. E passo a citar *Política e modernidade*: «É preciso uma nova heroicidade, uma frieza capaz de afrontar a irremediável solidão com que todos somos arrastados no turbilhão tecnologicamente acelerado [...] é preciso agir aí» (p. 177).

Reparando melhor, talvez haja mesmo um universal a mobilizar Bragança de Miranda: a ideia de liberdade e a justiça como seu efeito. Em *Política e modernidade*, a liberdade é uma possibilidade potencialmente ao alcance de todos, uma vez que potencialmente de todos é a resposta política que podemos dar aos problemas humanos (p. 158).

Tratando-se, no entanto, de um campo de batalha, onde é de esperar, aliás, que nos aparelhemos com «novas armas para o combate» (expressão de Deleuze, invocada como divisa logo na «Introdução» deste ensaio), o problema que se nos coloca é o das relações de força. E o que há a dizer é o seguinte: em *Política e modernidade* a noção de política praticamente

omite a relação da força com outras forças, para se centrar na relação da força consigo mesma. Por uma única vez, que eu tenha notado, é referida a representação estratégica do poder, postulada por Foucault em *L'ordre du discours* (1971) e em *Surveiller et punir* (1975) e rigorosamente explanada em *La volonté du savoir* (1976). Mas apesar de a representação estratégica do poder ser assinalada uma única vez, é insistentemente denunciado o formalismo da representação jurídico-política, que esgota no Estado e na lei toda a força política. A hipótese do livre agir, diz Bragança de Miranda, está na tensão entre o formalismo jurídico-constitucional e o seu preenchimento pelo agir político (p. 16). Quanto à passagem de *Política e modernidade* em que o modelo estratégico do poder é expressamente convocado, ela é a seguinte: «o poder não é uma instituição, e não é uma estrutura, nem uma certa potência de que alguns seriam dotados; é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada» (Foucault, cit. na pág. 164-165).

Em *Política e modernidade* não é importante a representação estratégica do poder, o que não acontece, no entanto, com a representação da força como processo de subjectivação. Retomando o último Foucault, na caracterização que dele faz Deleuze, o Foucault de *L'usage des plaisirs* (1984) e de *Le souci de soi* (1984), Bragança de Miranda representa o poder como uma linha de força que se dobra sobre si mesma e dá lugar a um modo de subjectivação, o que quer dizer, à invenção de um estilo de vida, à criação de novas possibilidades de existência.

À primeira vista dir-se-ia que *Política e modernidade* dá uma resposta estética à questão da existência, conjugada aliás com uma resposta ética, na medida em que o novo modo de existência seria balizado por um conjunto de regras facultativas. Mas não é verdade. Bragança de Miranda nega que a sua resposta seja de tipo estético e ético (pp. 8 e 153). A exigência de um agir livre é tão-só uma resposta política. Bragança de Miranda desconfia de um retorno ao subjectivismo, com o enfeudamento da estética na expressividade (p. 62). E do mesmo modo, desconfia de um regresso ao fundacionismo, com a ética a ser tomada como «uma estratégia de normalização do agir» (p. 130). Em vez de uma resposta estética à questão da existência, existe em *Política e modernidade* um vitalismo, ou por outra, existe acção, existe a efectivação de uma vontade. E em vez da resposta ética, temos o agir livre. A estética e a ética não passariam de respostas impolíticas (p. 158).

A ideia de uma «liberdade livre», ou seja, a ideia de um agir incondicionado, que se esgota na «historicidade do presente» (p. 11), coloca-me, no entanto, em sérias dificuldades, a mim que sou sociólogo, semiólogo e teórico do discurso, tudo coisas pelas quais Bragança de Miranda não nutre grande simpatia. Estas disciplinas são em *Política e modernidade* como que o paralítico do Evangelho: podem ver, mas não andam. Da sociologia,

Bragança de Miranda diz o seguinte: «Para saber o que é a sociedade a sociologia chega, mas para haver política não» (p. 52). Quanto à semiótica, deixa a sugestão de que há mesmo um ver da experiência que seria «mais puro do que o 'teórico'» (p. 62). E no que se refere às teorias do discurso, fulmina-as num relance: as diversas teorias do discurso, diz, preocupam-se com a estrutura interna dos 'textos', pelo que perdem de vista a performatividade do discurso (p. 153). Ou por outra, as teorias do discurso alheiam-se da capacidade que o discurso tem para inflectir o existente, ou nas palavras de Bragança de Miranda, para inflectir o «constituído» (p. 133).

Estou então em sérias dificuldades, eu que me identifico como sociólogo, semiólogo e analista do discurso. É que a resposta política à crise da existência proposta por Bragança de Miranda projecta a ideia de que o indivíduo é o detentor exclusivo da iniciativa semântica, sendo que todo o sentido é agir. Do indivíduo brota toda a força que pode inflectir o existente, cabendo à linguagem um papel fundamental de mediação (pp. 132-133). Penso ser essa a razão, aliás, que leva Bragança de Miranda a olhar com simpatia a opção de Jean-François Augoyard pela retórica, em detrimento da semiótica (pp. 61-62). Apesar da desconfiança que nutre pelas noções de expressão e de expressividade, que são «perfeitamente subjectivas» (p. 62), Bragança de Miranda vê utilidade no abandono do conceito de representação, a que estaria associada a semiótica. É seu entendimento que representação e código se conjugam, sendo a representação «um efeito da codificação imputada às coisas».

No modo como entendo as coisas, penso no entanto que não é possível iludir nem omitir os «factos condicionantes da língua» (André Joly). E é aqui que bate o ponto. Ao interiorizarmos o sistema de representação e de comunicação que é uma língua, interiorizamos uma ordem discursiva e uma ordem social. Penso mesmo que agimos sempre sujeitos aos constrangimentos da acção histórica, que a antecedem e a autorizam. Daí que não possa subscrever o primado da experiência, proposto por Bragança de Miranda para a avaliação da acção histórica, e contraponha o primado da relação. Não vejo, com efeito, como fugir a um certo funcionalismo. Não me parece suficiente, é um facto, o aforismo que resume bem a tese de Bragança de Miranda: «o agir é o meio de mediar (entenda-se, de mediar o indivíduo e as coisas) e a experiência é o meio de agir» (p. 172). Entendo que padecem de vitalismo exacerbado as expressões de «agir livre» e de «liberdade livre», uma vez que os agentes que interagem nunca o fazem à vontade; fazem-no como podem, no interior de um campo de posições sociais assimétricas.

Hannah Arendt, citada por Bragança de Miranda (p. 130), fala da experiência como de um «estado de natalidade». Mas a verdade é que a natalidade é fruto de uma relação, ou seja, ela é precedida e autorizada por uma relação. É da inter-relação de dois indivíduos que o agir decorre, o que

significa que o agir é uma efectuação e uma especificação da relação. O agir está em função da constituição relacional de um contexto e em função dos constrangimentos que a inter-relação exerce sobre a liberdade individual. Daí que eu insista, em termos lévi-straussianos: afinal, nós nascemos do mesmo, ou nascemos antes da tensão entre o mesmo e o outro?

Esta é uma questão recorrente, diante da qual Bragança de Miranda não tergiversa nunca. Dois pequenos exemplos. A propósito do debate em torno da ética, diz o seguinte: antes do discurso ético, há uma experiência (p. 129 ss). E ao debater a natureza do discurso, Bragança de Miranda propõe que, na melhor das hipóteses, o discurso é «um agir segundo» (p. 133).

É meu entendimento, no entanto, que o discurso não é um agir segundo. O mais que podemos dizer é que se trata de um agir condicionado, uma vez que só organizado e autorizado socialmente, de acordo com as linhas de força de um campo de posições sociais assimétricas, é que um discurso tem mais ou menos força e mais ou menos poder. A este propósito, aliás, gostaria de citar *L'ordre du discours*, de Michel Foucault: o discurso é aquilo «por que lutamos, é o próprio poder de que procuramos apoderar-nos»².

Aquí está, no confronto entre relação e experiência, a brecha por onde entrevejo alguma fricção com *Política e modernidade*. No que me diz respeito, prometo continuar a aprofundar as minhas razões, mas não tenho dúvidas que o intrépido guerreiro que é Bragança de Miranda continuará a procurar novas armas para prosseguir o seu combate.

² M. Foucault, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 1971, p. 12.